

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Régis Henrique dos Reis **Silva** – UFG e UNICAMP – regishsilva@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto de análise o processo de criação e desenvolvimento da Educação Especial (EEs), no âmbito dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação, no Brasil.

A partir do levantamento bibliográfico realizado verificamos que apesar de encontrarmos pesquisas desenvolvidas, nos anos de 1970, relacionadas aos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil, foi a partir dos anos de 1980 e 1990 que elas se intensificaram, possibilitando assim o surgimento de preocupações específicas e discussões de questões ainda sem resposta, auxiliando assim o incremento dos cursos.

Nesse sentido verificamos o baixo número de trabalhos que se propuseram a analisar o processo de criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Educação, com área de concentração (AC) e/ou linha de pesquisa (LP) em EEs, no cenário nacional.

Em virtude disso, nos propomos a desenvolver este estudo partindo da seguinte questão indagadora: Quais os limites e as possibilidades ocorridas no processo de criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Educação, com AC e/ou LP em EEs, no cenário nacional?

Para responder a esta questão formulamos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o contexto de criação e de desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu* no Brasil, especialmente o processo de implantação e desenvolvimento dos cursos da área de Educação no País; b) Analisar a distribuição geográfica do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), e mais precisamente, dos cursos de pós-graduação em Educação; c) Identificar, a partir do material bibliográfico-documental obtidos nos sítios dos próprios cursos de pós-graduação em Educação com AC e/ou LP em EEs, informações gerais a respeito das características internas desses cursos, tais como: objetivos, AC e/ou LP e estrutura curricular, dissertações e teses defendidas e etc.

Acreditamos que estudos como estes contribuem com a área educacional brasileira, pois além de identificar as transformações, avanços e lacunas ainda enfrentadas pelos cursos de pós-graduação em Educação, nos possibilitam fornecer um conhecimento sistematizado, continuado e atualizado sobre as características e

tendências desses cursos, os quais poderão ser úteis não só aos programas e pesquisadores como também aos formuladores de políticas de financiamento de pesquisas e pós-graduação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como do tipo bibliográfico-documental.

As fontes utilizadas para coleta dos dados foram: estudos realizados sobre o contexto de criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, no Brasil, e mais especificamente, da área de Educação; base de dados da Capes e das instituições que oferecem cursos de pós-graduação em Educação.

As principais técnicas adotadas para coletar os dados foram o levantamento bibliográfico e documental.

Para a análise das fontes bibliográficas e documentais elegemos as categorias da totalidade, do lógico e do histórico, da contradição, tendo em vista as articulações existentes entre elas.

3. RESULTADOS

Por se tratar de um estudo em andamento, apresentamos na sequência os resultados parciais da pesquisa, os quais foram organizados em consonância com os três objetivos específicos deste estudo.

3.1. Contexto de Criação e de Desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação Stricto-Sensu no Brasil

De acordo com Silva (1997), já eram previstas e realizadas iniciativas para a criação da pós-graduação no Brasil desde 1931, com a Reforma Campos, mas somente no ano de 1965 o Governo Federal adotou medidas voltadas para a pós-graduação, tomando como referência o modelo norte americano.

No período entre 1974 a 1989 foram criados três Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) visando aprimorar o sistema. Entretanto no período de 1990 a 2004 não houve planejamentos nacionais que norteassem oficialmente o desenvolvimento do setor, fato que voltou a ocorrer, a partir, de 2005 com o intitulado “V PNPG” relativo ao quinquênio 2005-2010.

E mais recentemente, em fevereiro de 2010, a CAPES, por meio de Portaria, instituiu a Comissão Nacional responsável pela elaboração do PNPG, relativo ao período 2011-2020 (CAPES/MEC, 2010).

A institucionalização e a expansão da pós-graduação no Brasil, inclusive da área de Educação estiveram atrelados a interesses governamentais e de setores sociais que buscavam o crescimento do modo de produção capitalista no Brasil. Hoje percebemos uma grande expansão de cursos de pós-graduação, fato este que pode ser explicado pelo aumento da quantidade de cursos de graduação, pela exigência do “título *stricto-sensu*” para o credenciamento de universidades e recomendação de novos programas (SILVA, 1997).

Observamos também, com o processo de reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho, a ascensão do neoliberalismo, a globalização e os processos de transnacionalização do capital e a reconfiguração do papel do Estado, ocorrido nas últimas décadas, acrescido de um novo “papel” desenvolvido pelo Brasil, na América Latina, que transformações importantes vêm ocorrendo na estrutura científica e tecnológica do País, visando a “liderança” brasileira, na região.

3.2. Distribuição Geográfica do SNPG e dos Cursos de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação

No que diz respeito, à distribuição geográfica do SNPG e dos cursos de pós-graduação em Educação, os dados coletados nos permitem afirmar que há um desequilíbrio regional e intraregional dos cursos de pós-graduação no Brasil, e que as dificuldades regionais para consolidação da pesquisa e da pós-graduação “obedecem” critérios perversos de financiamento (vinculado principalmente à avaliação da pós-graduação¹), cuja tendência é privilegiar os centros de excelência e os cursos já consolidados, os quais se concentram, na grande maioria, na região Sudeste.

A distribuição geográfica dos cursos de pós-graduação revela a desigualdade da produção científica e tecnológica do País, havendo a preponderância da região Sudeste sob as demais regiões do Brasil. As regiões Sul e Nordeste ocupam em relação ao número de cursos vinculados ao SNPG, uma posição intermediária. Mas, nota-se, na Figura 1, que a situação mais grave é enfrentada pelas regiões Centro-Oeste e Norte do País.

¹ Ver Bianchetti (2008).

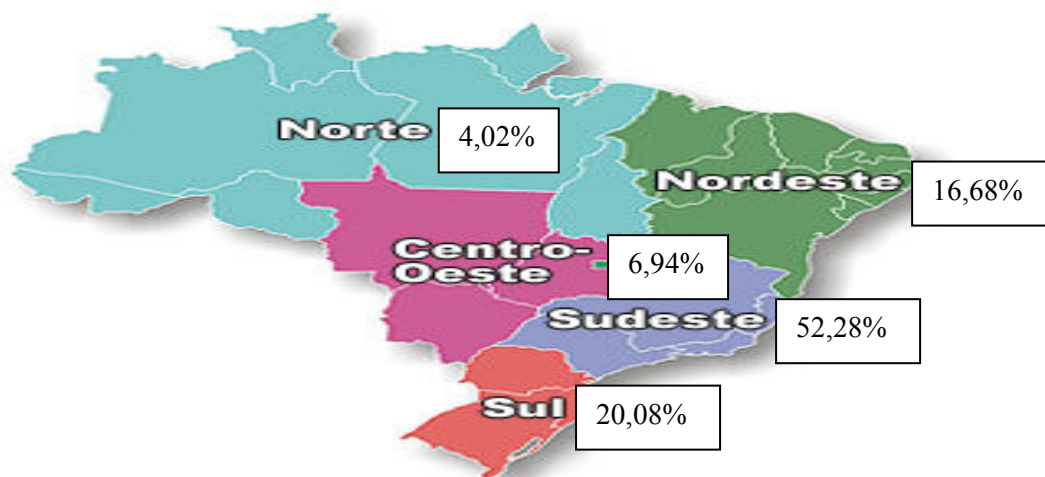


FIGURA 1: Distribuição Geográfica dos Cursos de Pós-Graduação no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

FONTE: CAPES/MEC (2010)

A distribuição geográfica dos cursos de pós-graduação em Educação, embora em números menores, que a dos cursos vinculados ao SNPG, também explicita a desigualdade da produção científica e tecnológica do País, havendo a preponderância da região Sudeste sob as demais regiões do Brasil. A região Sul, ocupa em relação ao número de cursos vinculados ao SNPG, uma posição intermediária. Mas, notam-se, na Figura 2, que a situação mais preocupante, é enfrentada pelas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

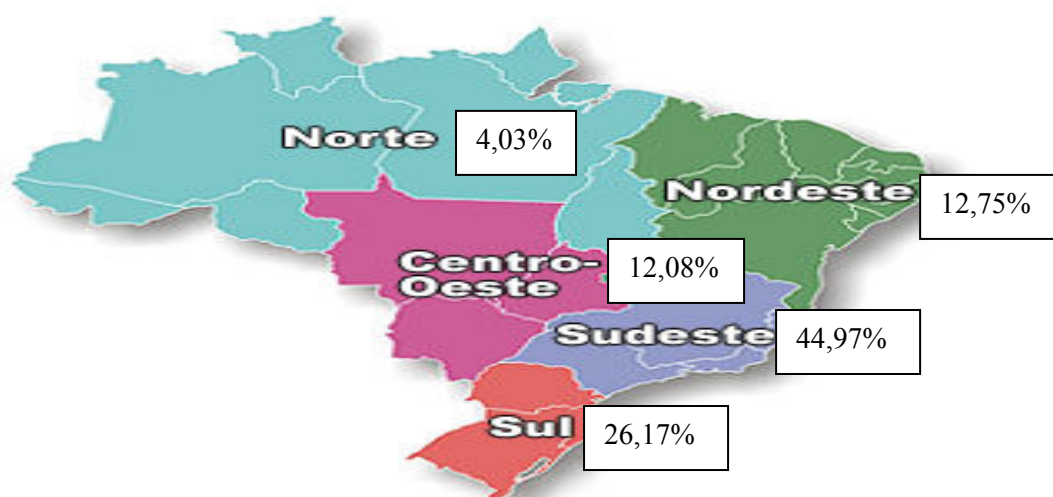


FIGURA 2: Distribuição Geográfica dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

FONTE: CAPES/MEC (2010)

3.3. Processo de Implantação e Desenvolvimento dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação com AC e/ou LP em EEs no Brasil

No que se refere ao processo de implantação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Educação, com AC e/ou LP em EEs, identificamos que o primeiro curso brasileiro a ter como área de estudo a EEs foi o atual Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar), que inclusive até 2010, configura-se como o único programa específico nessa área de conhecimento, no Brasil.

O PPGEEs/UFSCar seguiu as orientações gerais dos cursos de nível congênere, tanto em termos de estruturas organizativas, quanto no atrelamento às diretrizes das políticas nacionais para o setor (SILVA, 2006).

Além do PPGEEs/UFSCar identificamos nove programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação com LP em EEs, listados no quadro 01, no qual descrevemos o nome da IES e as respectivas LP.

QUADRO 01: Nome das linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação em Educação, conforme a IES.

IES	LINHA DE PESQUISA
USP	Educação Especial
Unicamp	Ensino e Práticas Culturais/Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade
UNESP/MAR	Educação Especial no Brasil
UNESP/ARA	Trabalho Educativo: Fundamentos Psicológicos e Educação Especial
UERJ	Educação Inclusiva e Processos Educacionais
UFES	Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas
UFRGS	Educação Especial e Processos Inclusivos
UFSM	Educação Especial
UFC	Desenvolvimento, Linguagem e Educação da Criança

Além desses dez programas de pós-graduação em Educação, com AC e/ou LP em EEs, identificamos outros 25 programas que aceitam em suas linhas de pesquisa pós-graduandos interessados em desenvolver dissertações e teses na área de Educação Especial.

Em relação aos principais objetivos dos programas observamos que desde a sua criação até o ano de 2010, os objetivos inicialmente propostos continuam os mesmos: a formação em pesquisa, docência e a especialização para prestar serviços na área de Educação Especial.

Portanto, os cursos de pós-graduação brasileiros com AC e/ou LP em EEs, incorporaram o anseio preconizado na documentação referente à pós-graduação, na medida em que foram criados e desenvolveram-se com o objetivo de formar docentes

destinados ao ensino superior, bem como formar pesquisadores do mais alto nível para atuar no campo da Educação com ênfase em EEs.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição geográfica dos programas revela a desigualdade da produção científica e tecnológica no Brasil, havendo a preponderância da região Sudeste sob as demais regiões do País. Esta situação torna-se mais agravante quando analisamos a distribuição geográfica dos cursos de pós-graduação em Educação, com AC e/ou LP em EEs.

Apesar das inúmeras dificuldades e problemas identificados é importante reconhecer que o processo de criação e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, especialmente, na área de Educação, com AC e/ou LP em EEs é dinâmico e expressa diferentes tipos de interesses e contradições, assim trazem alguns avanços, dentre eles, o aumento no número: de cursos; da produção científica; de doutores atuando nas universidades e centros de pesquisas; de artigos assinados por brasileiros em revistas indexadas e bem avaliadas pela CAPES; de menções aos trabalhos (citações).

Enfim, a área de EEs no Brasil nos últimos anos vem se consolidando, ainda que maneira tímida diante da demanda de pesquisa e formação nesta área no interior dos cursos de pós-graduação em Educação, possibilitando inclusive a constituição de AC e/ou LP no âmbito dos programas, o que nos permite trabalharmos com a possibilidade de um dia o conhecimento produzido pelos cursos de pós-graduação brasileiros, especialmente, os da área da Educação possam contribuir com a superação e/ou estabelecimentos das vias de solução dos inúmeros problemas sociais e educacionais enfrentados pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHETTI, L. Pós-graduação: processo e resultado de uma “indução voluntária”. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano XVII, n. 41, de Janeiro de 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (CAPES/MEC). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 30 de mar. 2010.

SILVA, R. H. dos R. **Análise epistemológica das dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em educação especial da UFSCar: 1981-2002**. 2004.

193f. (Dissertação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, R.V. de S. e. **Pesquisa em educação física**: determinações históricas e implicações epistemológicas. 1997. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.